

PREFÁCIO

A Escola de Direito da Universidade Católica têm a honra de apresentar a 11ª edição da Revista Direito em Ação, veículo de informação jurídica, de natureza interdisciplinar, cujo objetivo é atender à demanda acadêmica por material de pesquisa, e, ainda, para o trabalho dos operadores do Direito.

Na área do Direito Civil, contempla-se o artigo intitulado “Da possibilidade de prevalência da filiação socioafetiva sobre a biológica: uma proteção à luz da dignidade da pessoa”, por meio do qual se discute a possibilidade da prevalência da filiação socioafetiva sobre a biológica, como elemento de proteção, à luz da dignidade da pessoa humana. A família tradicional e as presunções de paternidade, que se assentavam nas bases sólidas do casamento, encontram-se em dificuldades diante da significativa mudança paradigmática em que se vive. Talvez, o ponto norteador de toda a questão se funde no princípio da dignidade da pessoa humana. Assim, as relações familiares e, sobretudo, as que se estabelecem entre pais e filhos devem estar balizadas por fundamento republicano.

Na área do Direito Processual Civil, destacam-se dois artigos: “A atuação dos procuradores no processo civil à luz do princípio da boa-fé e da perda da chance no ordenamento jurídico brasileiro”, e, “Desconsideração inversa da personalidade jurídica”. O primeiro procede à análise da atuação dos procuradores no processo civil à luz do princípio da boa-fé, norteador das relações processuais. O trabalho parte explicando os conceitos jurídicos fundamentais na percepção do Direito romano. Explica a importância dos princípios informadores do processo e como os princípios devem compor ou nortear a atuação dos procuradores na proposta de reforma do novo Código de Processo Civil brasilei-

ro. Ressalta, ainda, que a Universidade Católica de Brasília, por meio do curso de pós-graduação, estimula os alunos regulares e especiais a pesquisarem as inúmeras possibilidades que o Direito processual revela para gestão da realidade com efeitos, principalmente, na perspectiva de concretização da celeridade e da justiça. O segundo trabalho, desenvolvido a partir de pesquisa jurídica bibliográfica, tem como objeto de estudo a “teoria da desconconsideração da personalidade jurídica inversa”. Aborda de forma prática as características, generalidades, especificidades, legitimidade e aplicação desse instituto na jurisprudência pátria. A desconconsideração da personalidade jurídica busca responsabilizar o sócio por obrigações originariamente imputadas à pessoa jurídica, desde que preenchidos os requisitos mínimos para tanto. Em seguida, averíguam-se a doutrina e a jurisprudência, acatando a inversão dos efeitos da desconconsideração da personalidade jurídica, ou seja, responsabilizando a sociedade empresária por obrigações contraídas pelo sócio. Dentre outros aspectos, foi analisada ainda a questão da desconconsideração inversa, em contraponto com a penhora das cotas sociais, demonstrando suas vantagens e desvantagens. Por fim, buscou-se avaliar a legitimidade e a eficácia da desconconsideração da personalidade jurídica inversa na repressão de fraudes no uso da pessoa jurídica, preservando, assim, a finalidade precípua da pessoa jurídica.

No contexto do Direito Tributário, o trabalho intitulado “Conceito de renda tributável das pessoas jurídicas e os limites legais no aproveitamento dos prejuízos” explicita que a tributação da renda das pessoas jurídicas é feita com base em períodos de apuração. Nos períodos em que se apuram prejuízos, as normas tributárias aceitam a compensação nos períodos subsequentes, porém, com limite de trinta por cento do lucro do período. Aspecto peculiar é a aplicação da limitação quando do encerramento

das atividades da empresa, o que resulta em controvérsia corrente. Com efeito, o artigo investiga essa situação no Direito tributário brasileiro, inquire as alterações legislativas e a jurisprudência judicial e administrativa aplicável à matéria. Em continuidade, o artigo intitulado “Favorecimento de produtos estrangeiros na importação por pessoa jurídica” procede à crítica das interpretações judiciais atuais acerca da importação de produtos estrangeiros, por pessoa física, para o consumo próprio.

O autor considera tal entendimento judicial como discriminação inversa contra os produtos nacionais. Por fim, deduz pela constitucionalidade da incidência de impostos sobre importações de produtos estrangeiros efetuadas por pessoa física para consumo ou uso próprio. No caso, defende a incidência do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação. “O terror jurídico-ditatorial da suspensão da segurança e a proibição do retrocesso no Estado Democrático de Direito” ilustra a área do Direito ambiental, e promove o debate sobre o terror jurídico-ditatorial da suspensão de segurança e a proibição do retrocesso no Estado Democrático de Direito. Visualiza-se, de logo, o perfil histórico do Poder Judiciário republicano no Estado Democrático de Direito, destacando-se, no contexto da reforma processual em tramitação no Congresso Nacional, a figura do juiz republicano, corajoso e independente, como indispensável à concessão das tutelas de urgência, estruturadas nas vertentes de um processo civil ágil, seguro, moderno e assim legitimado pela soberania popular a servir de instrumento apto ao exercício de uma jurisdição oportuna e efetiva na defesa dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Por fim, a área do Direito e da Cidadania contém artigo intitulado “Cenários para representação simulada no curso de Direito: uma estratégia de aprendizagem interdisciplinar”. O trabalho propõe, como elemento a se considerar no processo de ensino, aprendizagem e construção do conhecimento, novas possibilidades de atividades pedagógicas voltadas aos cenários para representação simulada no curso de Direito, como estratégia transdisciplinar e inovadora que integra a prática e a teoria como eixos estruturantes.

Não poderíamos deixar de agradecer, neste momento, à Direção da Escola de Direito da Universidade Católica de Brasília, à equipe de Editores Chefes e ao Conselho Editorial da Revista “Direito em Ação”, bem como aos ilustres autores que contribuíram para a 11ª Edição desta Revista. Ainda, reiteramos o convite para que a comunidade científica nos prestigie encaminhando textos para possível publicação que, certamente, abrilhantarão nosso periódico.

Professor M. Sc. João Batista Teixeira
Coordenador da Revista “Direito em Ação”